



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Departamento de Pedagogia e Educação

Mestrado em Ciências da Educação

Especialidade em Administração e Gestão Educacional

Projecto

O impacto das instituições com elevado potencial educativo no contexto global da oferta educativa do concelho de Coruche.

Discente: Cristina Isabel Serrador Malta

Docente: Professor Doutor José Bravo Nico

Ano lectivo 2010/2011

Índice

Índice	1
Introdução	2
I – Objecto de Investigação	
1.1. Identificação do problema objecto de investigação	3
1.2. Objectivos da Investigação	
1.2.1. Principais	3
1.2.2. Secundários	4
1.3. Questões ou hipóteses de investigação	
1.3.1. Central	4
1.3.2. Derivadas	4
II – Esboço do quadro teórico de referência	
2.1. Percurso para a autonomia das escolas em Portugal	5
2.2. Transferência de atribuições e competências educativas para as autarquias	
2.2.1. A descentralização de poderes	7
2.2.2. A regulação da política educativa local	7
2.2.3. O Conselho Municipal de Educação	8
2.2.4. A Carta Educativa	8
III – Metodologia a desenvolver	
3.1. Opções metodológicas e sua justificação	9
3.2. Proposta de população	9
3.3. Proposta de amostra	10
3.4. Instrumentos a utilizar para a recolha de dados	10
3.5. Validade interna do estudo	10
IV – Cronograma de desenvolvimento do trabalho	11
V – Referências Bibliográficas	
5.1. Bibliografia temática	12
5.2. Bibliografia metodológica	14

Introdução

Tal como desde sempre, nas comunidades humanas continuam a existir vários espaços onde as pessoas se encontram e onde lhes é possível aprender. Para além dos ambientes formais de aprendizagem realçam-se os ambientes não formais de aprendizagem, favorecidos por instituições não escolares, onde existem verdadeiros processos de ensino e aprendizagem, e as aprendizagens informais, resultantes de episódios pontuais no seio da comunidade.

Neste âmbito os municípios têm cada vez mais um papel preponderante na gestão integrada dos diferentes tempos e espaços de aprendizagem.

Após o 25 de Abril criou-se um contexto político favorável a uma percepção diferente e a uma valorização dos municípios influenciado por dois factores, sendo o primeiro o restauro da autonomia municipal e o reforço significativo das finanças locais e o segundo os conceitos de descentralização, autonomia e participação dos interessados na gestão do sistema.

Estes dois factores produziram uma cultura favorável à abertura da escola ao seu território e à abertura do sistema educativo aos parceiros educativos.

Pretende-se, com este trabalho de pesquisa, reflectir sobre o impacto da aprendizagem dos sistemas educativos não formais e informais, assim como o papel dos municípios na construção de uma política educativa local.

Tendo em conta este objectivo, a pesquisa consistirá num estudo empírico de análise da cartografia educacional do concelho de Coruche como factor enriquecedor da oferta educativa.

A realização deste estudo pretende contribuir para a melhoria da forma de gestão integrada dos diferentes espaços de aprendizagem.

Durante a realização desta investigação poderão surgir alguns contratempos, nomeadamente de ordem temporal, na medida em que o tempo previsto poderá ser insuficiente para que se consigam finalizar todas etapas da investigação. Outro aspecto, é o facto de a amostra escolhida para o trabalho de campo não querer cooperar na investigação. Isso poderá inviabilizar o

trabalho que se pretende realizar, então, será necessário encontrar uma nova amostra para a realização da mesma.

Palavras-chave – comunidade educativa, descentralização, autonomia, gestão partilhada, parceiros educativos, conselho municipal de educação, carta educativa.

I – Objecto de Investigação

1.1. Identificação do problema objecto de investigação

Ao fenómeno da globalização contrapõe-se, no seio de cada Estado, um movimento de sentido contrário que tende a valorizar o “local”. Neste sentido, como refere Barroso (1999b), são transferidos poderes e funções do nível nacional e regional para o nível local.

Como salienta Fernandes (1996), tem-se verificado um considerável aumento de iniciativas educativas, suportadas por uma estrutura administrativa de nível local, na medida em que o dinamismo local dos municípios, juntamente com as escolas e outros parceiros educativos está a conquistar progressivos espaços de autonomia deixados em aberto pelo imobilismo e rigidez da administração de ensino centralizada que ainda predomina.

É nesta perspectiva que se enquadra a pertinência desta temática e da abordagem que se pretende fazer ao analisar a cartografia educacional do concelho de Coruche.

1.2. Objectivos da Investigação

1.2.1. Principais

- Identificar as principais instituições do município de Coruche, com elevado potencial educativo;
- Caracterizar os contextos de aprendizagem existentes nas instituições anteriormente referidas;

- Avaliar o papel dessas instituições no contexto global da oferta educativa do concelho de Coruche.

1.2.2. Secundários

Poder-se-ão estabelecer os seguintes objectivos secundários:

- Comparar os contextos de aprendizagem existentes nas várias instituições identificadas;
- Compreender a relação das instituições identificadas com outras instituições;
- Compreender o papel da autarquia no trabalho de articulação entre as instituições, os vários contextos de aprendizagem e o impacto sobre a comunidade;
- Conhecer a situação existente quanto à elaboração da carta educativa;
- Verificar a existência de um projecto educativo local;
- Identificar o impacto da influência das várias instituições na comunidade.

1.3. Questões ou hipóteses de investigação

1.3.1. Central

De acordo com o referido contexto, formulou-se a seguinte questão de investigação:

- De que forma é que a existência de ambientes de aprendizagem não formal e informal e a intervenção municipal contribuem para o desenvolvimento educativo do território/ comunidade?

1.3.2. Derivadas

No entanto, existiram outras questões de pesquisa relacionadas com a temática desta investigação, a saber:

- Quais as instituições com elevado potencial educativo no concelho de Coruche?

- Que contextos de aprendizagem existem nas instituições identificadas?
- Como se relaciona a autarquia com as várias instituições?
- Que protocolos, projectos e parcerias a autarquia tem celebrado com as várias instituições, no âmbito da educação?
- De que modo é coordenada e articulada a política educativa local?

II – Esboço do quadro teórico de referência

2.1. Percurso para a autonomia das escolas em Portugal

Sobre o processo de emergência da autonomia distinguem-se vários momentos da sua construção. Durante a democratização do regime político entre 1974-1976 este processo é interpretado, como forma de autogestão, numa autonomia afirmada pelas escolas que leva a administração central a dar cobertura legal ao processo, terminando com a fase de normalização em que há o retorno da centralização concentrada e burocrática, explicita no Decreto-Lei n.º 769-A/76.

A Reforma Educativa (1986) trouxe para o domínio da opinião pública a questão da autonomia da escola. A Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, designada por Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), faz referência aos conceitos de descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e acções educativas, a fim de se adaptar às realidades e de tomar decisões eficientes.

Com o ministro Roberto Carneiro a “autonomia das escolas” é formalizada no Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de Fevereiro. Este consagrou a autonomia das escolas, prevendo a transferência progressiva de atribuições e competências para as organizações escolares, traduzindo o reconhecimento pelo Estado da capacidade das escolas em melhor gerirem os recursos educativos de forma consistente com o seu projecto educativo.

No âmbito do Pacto Educativo para o Futuro implementa-se um programa de reforço da autonomia das escolas que leva, posteriormente, à publicação do Decreto-Lei n.º 115 A/98, de 4 de Maio sobre a autonomia e a gestão das escolas, começando a ser aplicado nas escolas no ano lectivo de 1998/1999.

A análise do Decreto-Lei n.º 115-A/98 levanta algumas questões fundamentais para a compreensão da especificidade das políticas educativas adoptadas em Portugal no domínio da autonomia da escola, como:

1. Níveis de administração

No Decreto-Lei n.º 115-A/98 existem algumas contradições e ambiguidades relativamente à gestão local da educação. Após referir que a descentralização constitui um princípio fundamental da organização educativa, o decreto-lei elabora as seguintes (in)definições relativas aos diferentes níveis de administração do sistema:

a. Administração central

A redução dos poderes da administração central não é clara e definitivamente referenciada nas novas orientações legislativas. Fala-se da mudança das suas funções e em mudança de atitude da administração, o que por si só não significa redistribuição de poderes.

b. Poder local

No âmbito da descentralização, o poder local é contemplado no Decreto-Lei n.º 115-A /98, com uma referência a "novas competências com adequados meios". Contudo a leitura das competências a atribuir mediante negociação às escolas, conjugada com a falta de definição das competências da administração central, torna difícil estabelecer que novas competências poderiam ser atribuídas aos municípios.

c. As organizações escolares

De acordo com o decreto as escolas serão o "centro das políticas educativas" e o "centro da administração e gestão", com os poderes que lhe serão conferidos pela administração central através dum processo de negociação.

2. As fronteiras da autonomia

3. Um novo conceito de prestação de serviço público e de responsabilidade do Estado

2.2. Transferência de atribuições e competências educativas para as autarquias

2.2.1. A descentralização de poderes

A problemática da descentralização de competências tem constado da agenda política das últimas décadas, sendo um resultado directo da mudança verificada com a Revolução de 25 de Abril de 1974, emergindo, cada vez mais, formas locais e regionais de afirmação por desenvolvimento.

É a partir de 1974 que os municípios portugueses recuperam a autonomia que desfrutaram e conquistam novas atribuições e competências (Oliveira, 1995). Ou ainda, como salienta Fernandes (1999b), “com a mudança política efectuada em 1974 e consolidada na Constituição de 1976, dá-se o renascimento do município como expressão da democracia local” (p. 167).

Assim, no plano educativo, após o 25 de Abril verifica-se um maior envolvimento dos municípios na actividade educativa escolar e não escolar. Neste sentido, a questão da educação ao nível local tornou-se uma matéria especialmente importante em Portugal desde que o sistema educativo assumiu certas “orientações descentralizadoras” (Pinhal, 1994).

2.2.2. A Regulação da Política Educativa Local

Surge-nos hoje um cenário em que os municípios desenvolvem um trabalho de qualidade reconhecida em certos domínios e mostram capacidade para assumir novas competências no que respeita à educação básica em geral. Vários autores abordam a intervenção dos municípios na educação, contrapondo a perspectiva do Estado democrático centralizado à do Estado democrático descentralizado. Nesta perspectiva cabe ao Estado um papel regulador e estimulador da iniciativa local e reconhece-se a esta a legitimidade própria para intervir nos processos educativos integrando-os numa política educativa local. As normas reguladoras emitidas pelo Estado, os financiamentos disponibilizados e as práticas desenvolvidas pelos municípios e pelas escolas constituem indicadores elucidativos do crescimento progressivo

da intervenção municipal na educação, ultrapassando mesmo as definições legais das suas atribuições educativas.

A evolução das políticas educativas locais e a cooperação entre os agentes educativos locais, bem como a sua estimulação pelo governo central, têm contribuído para a diluição de antagonismos e compartimentações próprias dos sistemas centralizados.

2.2.3. O Conselho Municipal de Educação

Em 2003, na sequência de uma mudança da maioria política da Assembleia da República (e da composição do Governo), é publicado um novo quadro normativo que estatui o Conselho Municipal de Educação (CME) e consagra a carta educativa em substituição da carta escolar.

O que há de novo e interessante neste modelo são as competências relacionadas com a participação na negociação e execução dos contratos de autonomia, a análise do desempenho do pessoal docente e não docente e a assiduidade e sucesso escolar, aliando ainda, a forte representação autárquica (Presidente da Câmara Municipal, Presidente da Assembleia Municipal, Vereador da educação e Presidente de uma das Juntas de Freguesia do concelho) neste órgão, o que de certa forma, pode perspectivar uma municipalização da educação.

2.2.4. A Carta Educativa

A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos escolares a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município (art. 10º do Decreto-Lei n.º 7/2003).

Ora, como refere Caldeira (2004), a carta educativa idealiza mais do que um produto acabado: “é um compromisso de actuação contínua e conjunta em prol do desenvolvimento de um Projecto Educativo concelhio, com base na

desejada responsabilização partilhada do processo por todos os cidadãos desta comunidade” (p. 105).

III – Metodologia a desenvolver

3.1. Opções metodológicas e sua justificação

Pretende-se valorizar a investigação em ambiente natural, em que o investigador constitui o principal instrumento de recolha de dados, sendo nesta metodologia a análise dos dados efectuada de forma descritiva e interpretativa. Assim, com a finalidade de se obter resposta para a pergunta de partida, utilizar-se-ão a análise documental, o questionário e a entrevista para recolha de dados.

Neste estudo, a pesquisa documental incidirá sobre a análise de actas e outros documentos, tais como: carta educativa, pareceres e recomendações, projectos sócio-educativos, etc. Assim, os dados recolhidos na análise documental permitem uma leitura mais abrangente da realidade, mas também proporcionam, ao mesmo tempo, um melhor enquadramento para as entrevistas e questionários.

De modo a complementar-se a pesquisa documental recorrer-se-á à utilização questionários e de entrevistas. A entrevista permite que nos casos em que o investigador tem questões relevantes, cuja resposta não se encontra nos documentos disponíveis nem nos questionários ou, tendo-a encontrado, é essencial comprová-la.

Após o trabalho metodológico será imprescindível realizar-se uma nova análise das questões colocadas inicialmente. O intuito desta análise prende-se com o facto de se tentar responder às questões iniciais de modo a que se obtenham as conclusões da investigação.

3.2. Proposta de população

Nesta investigação ter-se-á como população em estudo as instituições do concelho de Coruche.

3.3. Proposta de amostra

A amostragem é não probabilística porque é a mais utilizada em projectos de investigação e a técnica utilizada é a de amostragem por conveniência, uma vez que, “...poderão obter informações preciosas...” (CARMO e FERREIRA,1998, p.197).

Assim sendo, a amostra alvo desta investigação serão as instituições onde se irão aplicar os questionários e os entrevistados.

3.4. Instrumentos a utilizar para a recolha de dados

O plano de investigação inclui a análise documental e a execução do inquérito por questionário e entrevista. Estas técnicas de pesquisa serão desenvolvidas através da implementação de questionários, de entrevistas, da análise de livros, outros documentos de relevo e estudos científicos relacionados com o tema.

3.5. Validade interna do estudo

A validade interna permite garantir de forma pormenorizada e rigorosa como o estudo foi realizado. Assim sendo, a validade da investigação será certificada através da triangulação de vários investigadores e de várias fontes de dados.

IV – Cronograma de desenvolvimento do trabalho

Tarefas	Tempo										
	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	
Revisão e pesquisa bibliográfica	█	█	█	█							
Análise documental		█	█	█	█						
Inquérito por entrevista:											
Elaboração da entrevista				█	█						
Aplicação da entrevista					█	█					
Triangulação de dados						█	█				
Análise dos resultados obtidos							█	█			
Redação da dissertação:											
Redacção		█	█	█	█	█	█	█	█		
Triangulação metodológica							█	█			
Conclusões									█		
Entrega da dissertação										█	

V – Referências Bibliográficas

5.1. Bibliografia temática

BARROSO, J. (1999b). A escola entre o local e o global. Perspectivas para o século XXI. O caso de Portugal. In J. Barroso (Org.), A escola entre o local e o global. Perspectivas para o século XXI (pp. 129-142). Lisboa: Educa – Fórum Português de Administração Educacional.

NICO, B. & LINO, M.G. (1999), “ Escola Comunitária de S. Miguel de Machede: quando ainda é possível encontrar-se a essência da educação” in Albano Estrela et al (Orgs), Educação e Política (Actas do II Congresso Internacional da AFIRSE), Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, pp. 206-210.

NICO, B., COSTA, E. & NICO, L.P. (Orgs) (2004). Aprender no Alentejo – I Encontro Regional de Educação. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

NICO, B., COSTA, E. MENDES, P. & NICO, L.P. (Orgs) (2004). Aprender no Alentejo – II Encontro Regional de Educação. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

NICO, B. (2004). “Cartografia das aprendizagens na freguesia da Torre de Coelheiros – a dimensão institucional”. In Actas do III Simpósio sobre Organização e Gestão Escolar – Políticas e Gestão Local da Educação. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 329-334.

NICO, B., et al (Orgs) (2005). Aprender no Alentejo – III Encontro Regional de Educação. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

CALDEIRA, H. (2004). Sistema de informação da rede escolar para a autarquia : o caso do município de Torres Novas. In J. Costa, A. Neto-Mendes & A. Ventura, Políticas e gestão local da educação (pp. 105-113). Aveiro: Universidade de Aveiro.

DELORS, J. Et al. (1996), Educação: um tesouro a descobrir, Porto, Edições ASA.

FERNANDES, António Sousa, (1996), Os Municípios Portugueses e a Educação – As normas e as práticas, in A Administração da Educação - Os Caminhos da Descentralização, Lisboa, Edições Colibri.

FERNANDES, A. (1999b). Os municípios portugueses e a educação: entre representações do passado e os desafios do presente. In J. Formosinho et al., Comunidades educativas. Novos desafios à educação básica (pp. 159-180). Braga: Universidade do Minho.

FERNANDES, A. (2004). Município, cidade e territorialização educativa. In J. Costa, A. Neto-Mendes & A. Ventura, Políticas e gestão local da educação (pp. 35-43). Aveiro: Universidade de Aveiro.

MACHADO, J. (2004). Escola, município e cidade educadora. A coordenação local da educação. In J. Costa, A. Neto-Mendes & A. Ventura, Políticas e gestão local da educação (pp. 161-172). Aveiro: Universidade de Aveiro.

OLIVEIRA, C. (Dir.) (1995). História dos municípios e do poder local dos finais da idade média à união europeia. Lisboa: Círculo de Leitores.

PINHAL, J. (1994). Regionalizar a educação, O Professor, 41, 5-16.

Legislação consultada:

- Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril
- Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro
- Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro
- Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro
- Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de Maio
- Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro
- Lei n.º 18/91, de 12 de Junho
- Lei n.º 35/91, de 7 de Junho
- Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de Maio
- Despacho 8/SERE/89 de Fevereiro
- Lei 26/89, de 21 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 357/88, de 13 de Outubro
- Lei 31/87 de 7 de Julho
- Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo)
- Lei n.º 25/85, de 12 de Agosto
- Lei n.º 100/84, de 29 de Março

- Decreto-Lei 77/ 84 de 8 de Março
- Lei nº 1/79, de 2 de Janeiro
- Lei nº 79/77, de 25 de Outubro

5.2. Bibliografia metodológica

AFONSO, N. (2005). *Investigação naturalista em educação. Um guia prático e crítico*. Porto: Edições Asa.

ARENDS, R. I. (1995). *Aprender a Ensinar*. Lisboa, MacGraw-Hill.

AZEVEDO, M. (2004). *Teses, Relatórios e Trabalhos Escolares – Sugestões para Estruturação da Escrita (4ª ed.)*. Lisboa: Universidade Católica.

BOGDAN R. e BIKLEN S. (1991). *Investigação qualitativa em educação*. Lisboa: Porto Editora.

CARMO, H. e FERREIRA, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

QUIVY R. e CAMPENHOUDT, L. V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais (2ª ed.)*. Lisboa: Gradiva.